



O Programa Nacional de Imunizações - PNI foi instituído em 1973 com o objetivo de coordenar as ações de imunizações que se caracterizavam, até então, pela descontinuidade, pelo caráter episódico e pela reduzida área de cobertura. Essas ações eram conduzidas por programas especiais, a exemplo das que se destinavam à erradicação da varíola e ao controle da tuberculose.

As atividades vinham sendo desenvolvidas por iniciativa de governos estaduais, carecendo, pois, de uma normatização e de uma coordenação central que lhes proporcionasse homogeneidade das condutas no desenvolvimento das atividades durante a sua operacionalização.

Ao longo desses 25 anos, a atuação do programa Nacional de Imunizações, ao consolidar uma estratégia de âmbito nacional, apresentou, na sua missão institucional precípua, consideráveis avanços:

- garantia de aquisição e distribuição de todos os imunobiológicos, constantes do Calendário Básico de Vacinação utilizados no país na rotina dos serviços públicos de saúde;
- constituição de um Comitê Técnico Assessor de Imunizações;
- desenvolvimento de estratégias que garantiram a erradicação da poliomielite;
- controle da difteria, do tétano, da coqueluche e da rubéola congênita;
- compromisso para a eliminação, até o ano 2000, do sarampo e do tétano neonatal;
- garantia de vacinação sistemática, com BCG, da população, no sentido da redução da morbi-mortalidade pelas formas graves da tuberculose, em crianças menores de 5 anos de idade;
- implantação do Programa de Auto-Suficiência de Imunobiológicos;
- instituição do controle de qualidade dos imunobiológicos utilizados pelo Programa;
- criação dos Centros de Referência Estaduais para Imunobiológicos Especiais, de forma a proporcionar a vacinação de grupos populacionais específicos;
- implantação da Vigilância dos Eventos Adversos Pós-Vacinação;
- aquisição de equipamentos da rede de frio para armazenagem de imunobiológicos em todos os níveis de governo;
- construção, em parceria com o Ministério do Exército, da Central de Armazenagem e Distribuição de Imunobiológicos - CENADI;
- reforma e construção de Centrais Estaduais de Imunobiológicos e investimento na ampliação da rede de frio em alguns municípios unidades locais;
- desenvolvimento de um sistema de informação capaz de acompanhar e avaliar os indicadores programáticos quando desagregados nos diversos níveis de governo;
- incorporação de novas vacinas, ampliando a atuação conjunta com a Vigilância das Doenças Imunopreveníveis;
- reformulação do Calendário de Vacinação;
- revisão e edição de normas de vacinação;
- investimento na capacitação de recursos humanos em todos os níveis do sistema, buscando garantir a qualidade na prestação dos serviços; e
- investimentos na área de pesquisa para o aprimoramento técnico-científico e de avaliação de indicadores.

O desenvolvimento do Programa é orientado por normas técnicas estabelecidas com a participação das Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, contando, também, na sua operacionalização, com outras instituições, de modo a assegurar a aceitação e uniformidade de uso em todo o território nacional.

Aos 25 anos de existência, o Programa Nacional de Imunizações busca aprimorar o seu trabalho com a seriedade e responsabilidade que o caracterizam, evoluindo através do intercâmbio de informações, da participação interdisciplinar e da abertura de foros de discussão sempre que necessários.

PROGRAMA NACIONAL DE IMUNIZAÇÕES



A vacinação, o controle de doenças, a vigilância epidemiológica, o controle de qualidade, a auto-suficiência em imunobiológicos e a formação de recursos humanos demandam um eficiente Programa Nacional de Imunizações, capaz de auto-avaliar-se no sentido da eficácia e de sua efetividade.

O PNI contabiliza a seu favor 25 anos de experiência, incorporando um vasto elenco de práticas operacionais obtidas no decorrer de um exercício profissional continuado, servindo, inclusive, como modelo de atuação para outros países.

A meta de manutenção de altas coberturas vacinais experimentou diferentes estratégias, tais como vacinação de rotina com atividades extramuros, campanhas nacionais de multivacinação e mobilização de comunidades, através de trabalhos integrados de técnicos, agentes comunitários de saúde, ONG's, grupos de jovens e associações de moradores, corporações militares e Forças Armadas, especialmente o Exército e a Aeronáutica, inclusive com a cooperação de órgãos classistas patronais e de trabalhadores, entidades filantrópicas e organismos internacionais voltados aos problemas da saúde.

Não só isso, porém. Também um halo de cidadania deixou-se impregnar na consciência dos brasileiros. Um quarto de século que perpassa pelo direito à saúde de todos os brasileiros e vai dignificar a pesquisa, a operação de campo, o gerenciamento e a ação governamental nos níveis federal, estadual e municipal.



Cronologia

1904

- Vacinação contra a varíola - Obrigatóridade.

1961

- Brasil - Início da produção da vacina liofilizada contra a varíola.
- Primeiras campanhas com a vacina oral contra poliomielite - Projetos experimentais em Petrópolis/RJ e Santo André/SP.

1962

- Campanha Nacional contra a Varíola. Departamento Nacional de Saúde - Operações de vacinação em diversos Estados, com a mobilização de recursos locais.

1973

- Certificação internacional da erradicação da varíola no Brasil.
- **Instituição do Programa Nacional de Imunizações - PNI.**

1974

- Programa Ampliado de Imunizações, criado pela OPAS/OMS.

1975

- Início da implantação, em todo o país, do sistema de registro de vacinas aplicadas.

1977

- Definição das vacinas obrigatórias para os menores de 1 ano, em todo o território nacional - Portaria nº 452, de 1977.
- Caderneta de Vacinações - Aprovação do modelo pela Portaria nº 85, de 1977.

1979

- OMS - Certificação da erradicação global da varíola.
- Comissão Interministerial para o PNI, criada pela Portaria nº 1/MS/MPAS, de 09.05.79.

1980

- Vacinação contra varíola. Extinção da obrigatoriedade (Portaria nº 55, 29.01.80).
- Início dos Dias Nacionais (Campanhas) de Vacinação Contra Paralisia Infantil.

1982

- Implantação de câmaras frias em 12 unidades federadas. Distribuição de caixas térmicas, termômetros e termógrafos.
- Mudança no esquema de vacinação contra sarampo, com a recomendação de dose única a partir dos nove meses de idade.

1983

- A estratégia de "dias nacionais de vacinação" passa a ser recomendada pela OPAS e pelo UNICEF, sendo adotada por outros países latino-americanos.
- Início da realização, pelo INCQS, do controle de qualidade dos imunobiológicos distribuídos pelo PNI.



1985

- Aprovação, pela Conferência Sanitária Pan-Americana de proposta para "erradicar a transmissão de poliovírus selvagens" no continente.
- Criação da Central de Distribuição de Imunobiológicos - CENADI - na FIOCRUZ.
- Início do programa Polio Plus, do Rotary Internacional, para promover a imunização infantil.

1986

- Introdução do "dia nordestino de vacinação contra a poliomielite".
- Elaboração do Plano de Ação para o programa de erradicação da poliomielite e sua aprovação em nível interministerial.
- "Criação do Zé Gotinha", personagem-símbolo da erradicação da poliomielite, e publicação do documento "A marca de um compromisso".

1987

- Mudança na formulação da vacina oral contra a poliomielite, aumentando a concentração do poliovírus tipo 3.

1989

- Ocorrência do último caso de poliomielite no Brasil.
- Início do controle da hepatite B, com a realização de vacinação na Amazônia Ocidental.

1990

- Extinção da SNABS e transferência do PNI para a Fundação Nacional de Saúde - FNS - Portaria nº 1.331, de 05.11.90.
- Início da proposta de treinamento de pessoal em larga escala, objetivando reciclar profissionais que trabalham diretamente na sala de vacinação.
- Participação do PNI no Grupo de Defesa dos Direitos da Criança, integrado pela Sociedade Brasileira de Pediatria, Pastoral da Criança (da CNBB), Ministério da Saúde, UNICEF e OPAS.

1991

- Outorga do Prêmio Criança e Paz 1991 pelo UNICEF ao PNI, como entidade que se destacou na defesa e na promoção dos direitos da criança e do adolescente.
- Início do Plano de Eliminação do Tétano Neonatal, com vacinação de mulheres em idade fértil, nos municípios de risco.
- Criação do Comitê Técnico Assessor de Imunizações - Portaria nº 389, de 06.05.91.



1992

- Realização da Campanha Nacional de Vacinação contra o sarampo, dentro do Plano de Eliminação do Sarampo.
- Transferência da CENADI, da FIOCRUZ para a FNS/RJ.
- Implantação da 2ª dose da vacina contra o sarampo aos 15 meses de vida em todas as unidades federadas.
- Início da implantação da Vacina Tríplice Viral nas UF's.
- A aquisição e o controle de vacinas passou para o controle da Fundação Nacional de Saúde.



1993

- Início da implantação dos Centros de Referência de Imunobiológicos Especiais (CRIE) nos Estados.
- Reestruturação do setor de informação do PNI e concepção lógica do sistema de informatização com padronização de formulários.
- Implantação da vacina contra hepatite B em menores de quatro anos na Amazônia Legal e nos Estados de Santa Catarina e Espírito Santo, com a implementação da vacinação dos grupos de risco e dos profissionais de saúde do setor público.

1994

- Concessão, em regime de comodato, pelo Ministério do Exército, de parte de imóvel para construção da Central Nacional de Armazenagem e Distribuição de Imunobiológicos - CENADI.
- Início implantação do Sistema de Avaliação do programa de Imunizações (API) nos Estados.
- Certificação da Erradicação da Poliomielite no Brasil.
- O PNI assume a responsabilidade pela vacinação contra a febre amarela.

1995

- Inclusão do PNI nas Ações Relevantes do Projeto de Redução da Mortalidade Infantil (PRMI/PR) para acompanhamento de avaliação dos Municípios do Programa Comunidade Solidária.

1996

- Início da implantação do Subsistema de Controle de Estoque e Distribuição de Imunobiológicos na CENADI e UF's.
- Instalação da CENADI nas dependências do 14º Batalhão de Suprimento, após reforma e ampliação do prédio, aquisição de equipamentos, automação dos dispositivos de segurança e controle de temperatura.

1997

- Lançamento do Banco de Dados do PNI na INTERNET.
- Implantação da vacina anti-rubéola monovalente no pós-aborto e pós-parto.

1998

- Investimentos na área de pesquisa para o aprimoramento técnico-científico e de avaliação de indicadores.
- Em fase de elaboração CD-ROM com informações do PNI.
- Em implantação programa de aplicação de vacinas dT, hepatite B e febre amarela nas Forças Armadas.
- Ampliação da vacina contra Hepatite B em todas as Unidades Federadas.

